

Branislaw Malinowski. *Um diário no sentido estrito do termo.* Rio de Janeiro, Record, 1997.

Nos bastidores da pesquisa de campo¹

Vagner Gonçalves da Silva²
Professor de Antropologia da USP

Desde que o polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942) desembarcou nos arquipélagos da Nova Guiné e publicou, em 1922, *Argonautas do Pacífico Ocidental* – uma etnografia antológica sobre a vida das sociedades indígenas locais –, o ofício do antropólogo nunca mais foi o mesmo. Até porque este ofício ainda não tinha sido muito bem definido e a maioria dos praticantes da antropologia era formada por intelectuais que escreviam sobre povos com os quais raramente tinham contato. Suas descrições eram baseadas em informações nem sempre isentas dos viajantes, missionários e administradores coloniais.

Malinowski não apenas refutou essa “antropologia de gabinete” ao escrever sobre os dados coletados pessoalmente, como sistematizou, a partir das suas experiências, um método de trabalho de campo que expôs na introdução aos *Argonautas*: o antropólogo deveria passar longos períodos de convivência com os grupos estudados – se possível morar nas proximidades de suas casas –, acompanhar de perto suas atividades diárias, desde as mais triviais até as mais solenes, aprender a língua nativa evitando intérpretes tendenciosos, enfim, absorver os valores e sentimentos do grupo observando cuidadosamente o que as pessoas fazem e dizem. Aprendemos, portanto, com a leitura de Malinowski, que a viagem feita pelo antropólogo às terras do Outro, seja este entendido como as sociedades tribais – os primeiros “objetos” de estudo da antropologia –, ou os grupos inseridos nas sociedades urbanas contemporâneas, deveria conter um grande despojamento de si mesmo, uma vocação para a identificação humana apesar das agruras e dificuldades que o contato poderia oferecer. Somente assim, ao final desta viagem ao coração das culturas estrangeiras, o antropólogo, como um herói das odisséias, poderia voltar trazendo o Outro “revivificado” aos olhos dos leitores de suas etnografias. Esta metodologia do despojamento e da inserção, conhecida como “observação participante”, valeu a Malinowski um justo lugar de destaque entre os “pais fundadores” da moderna etnografia e sucessivas gerações de cientistas sociais fizeram dos *Argonautas* seu livro de cabeceira sendo seu autor identificado quase como um totem para o “clã” dos antropólogos. Afinal de contas, como negar o primor com que Malinowski transformou nativos supostamente “exóticos” e “distantes” em pessoas próximas, comuns, de carne e osso, diferentes de nós apenas porque preferem construir canoas sagradas que “voam” sobre as águas em vez de freqüentar igrejas com anjos pintados no teto?

Quando, entretanto, em 1967, o diário íntimo de Malinowski foi publicado (*A diary in the strict sense of the term*, New York, Harcourt, Brace and World), cuja tradução para o português finalmente aparece após uma espera de 30 anos (*Um diário no sentido estrito do termo*, tradução de Celina Falck e revisão técnica de Lygia Sigaud), a face

menos “nobre” do trabalho antropológico revelou-se de forma chocante.

As cadernetas que deram origem ao diário foram encontradas entre os pertencentes de Malinowski após sua morte, em 1942. Escritas em polonês, abrangem dois períodos do trabalho de campo do autor no Pacífico Sul: de setembro de 1914 a agosto de 1915, na região de Mailu, e de outubro de 1917 a julho de 1918, nas Ilhas Trobriand, totalizando dezoito meses.

No prefácio do Diário, Valetta Malinowska, viúva do autor, justificou a sua decisão de publicar estas cadernetas considerando que as revelações sobre a personalidade deste importante cientista social poderiam trazer alguma contribuição para a avaliação de seu trabalho etnográfico. Certamente, Malinowski não escreveu esses diários com a intenção de publicá-los, ao menos integralmente, e a decisão de sua viúva gerou uma discussão polêmica sobre o direito, ainda que póstumo, de privacidade do autor. Nas introduções escritas por Raymond Firth para a primeira e a segunda edição do diário em inglês (1967 e 1989, ambas traduzidas na versão do livro em português), fica visível seu esforço para tentar contornar os possíveis estragos que a publicação poderia trazer à imagem de Malinowski. Na segunda introdução, Firth faz um interessante balanço dos autores que analisaram o impacto do diário sobre o pensamento antropológico e modifica, inclusive, sua opinião anterior de que a sua publicação forneceria apenas “uma nota de rodapé na história da antropologia”. Mas, afinal, o que revela o diário?

A publicação do diário, ao permitir que o leitor acompanhasse Malinowski por meio de seus relatos cotidianos feitos de forma pessoal e sem subterfúgios de retórica, revelou que na “terra sagrada da antropologia”, as ilhas da Nova Guiné, como na Dinamarca de Hamlet, havia algo de podre. Se a convivência prolongada entre os nativos assumiu uma feição idílica nos *Argonautas*, no diário, ao lado desse idílio, vemos um Malinowski frequentemente mal-humorado, enfurecido com os nativos (pp.70, 83, 104, 201), ansiando por pegar um barco e “dar o fora dali” (p.100) e reclamando do desconforto daquela vida entre pulgas, mosquitos, fumaça, porcos e crianças barulhentas (p.89).

A ênfase dada por Malinowski nos *Argonautas* sobre a forma com que o antropólogo deveria conquistar a confiança do nativo e obter a sua colaboração – diferentemente da estratégia usada pelos comerciantes e missionários – contrasta com a maneira rude como no diário o autor registrou algumas abordagens adotadas para obter informações ou a permissão para presenciar cerimônias: provendo os nativos com tabaco ou dinheiro (pp.102, 251), ou mesmo insistindo em acompanhá-los, quando sua presença era considerada indesejada pelo grupo (p.256).

A simpatia extrema pelos nativos e seu modo de vida que lemos nos *Argonautas* também arrefece diante do tratamento que no diário Malinowski dedica aos seus informantes, chamando-os muitas vezes de insolentes, atrevidos e estúpidos: “Esforcei-me por afastar os olhos do livro e mal pude acreditar que estava entre selvagens neolíticos, e sentado aqui pacificamente enquanto coisas terríveis ocorriam lá (na Europa)” (p.88); “De modo geral, meus sentimentos para com os nativos decididamente tendem para ‘Exterminar os brutos’ “ (p.103); “Pensei na minha posição atual com relação ao trabalho etnográfico e aos nativos. Meu despreço por eles, minha saudade da civilização” (p.184).

Juízos de valor e expressões preconceituosas ou racistas também são usadas numa espécie de desabafo do autor: “Já estava farto de todos aqueles *niggers*” (p.183). A palavra *nigger* (crioulo) foi traduzida do termo *nigrami*, utilizado por Malinowski, e pode-se

questionar se realmente o autor deu a este termo o mesmo conteúdo racista da palavra inglesa.

A revelação dos desejos sexuais do antropólogo e a sedução que lhe provocava o corpo seminu das nativas (e, em pelo menos um caso, o de um nativo, p.277) também aparecem no Diário como um tormento que Malinowski constantemente tenta exorcizar para não se desviar dos objetivos etnográficos que o levaram àquelas ilhas paradisíacas. A figura da mãe, dos amigos europeus, da mulher com a qual viria a se casar e da amante que se esforçava por esquecer surgem em seus sonhos e lembranças como personagens desse diálogo angustiado do autor consigo mesmo.

Para os leitores especializados, o diário permite também observar o momento das descobertas de importantes fatos utilizados posteriormente por Malinowski em sua etnografia, como o *kula*: comércio de conchas feito entre os habitantes das ilhas e tema central dos *Argonautas*.

A relevância do diário de Malinowski não deve ser atribuída, entretanto, apenas às suas passagens “picantes”, que certamente irão satisfazer a curiosidade contemporânea pela intimidade alheia. Seria um desperdício usarmos o diário apenas para mostrar que afinal de contas Malinowski não era um “bom moço” e que, portanto, podemos arranhar sem remorsos a pintura deste “totem” da antropologia ou atirar pedras contra o “telhado de vidro” de seu magnífico edifício etnográfico. Ao mostrar que a vida do “pai da moderna etnografia” entre os ilhéus não foi um mar de rosas, o diário nos incita a olhar com maior atenção e sinceridade os bastidores da pesquisa antropológica e sua relação com os produtos finais que os antropólogos trazem ao público em forma de teses, livros, relatórios, etc.

É claro que os antropólogos nunca foram ingênuos e desde a origem de sua disciplina têm consciência dos conflitos, desentendimentos e jogos de poder e dominação que permeiam as relações que estabelecem com os grupos observados. Essa consciência parece, contudo, ter aumentado a partir dos anos 60, sendo sintomática a publicação do diário nesse período, quando as relações entre antropólogos e nativos passaram a refletir as mudanças ocorridas nas relações políticas e econômicas entre os países dos quais tradicionalmente provinham uns e outros. Muitos países dos continentes onde os antropólogos geralmente realizavam suas pesquisas de campo, como a África e a Ásia, passaram a reivindicar sua autonomia por meio dos movimentos de independência e de formação dos Estados nacionais. Nesse sentido, essas sociedades colonizadas buscaram não apenas assumir o controle de sua história local mas também ser ativas na construção das identidades e representações que se faziam sobre elas. O surgimento ou a consolidação das “antropologias nativas” ou “periféricas”, isto é, das antropologias praticadas por intelectuais do Terceiro Mundo, reafirmou o interesse destas sociedades em não serem apenas “objetos científicos”, mas “sujeitos políticos” de sua história, como lembrou Lévi-Strauss.

Ao lado dessas transformações globais, uma “crise de consciência” sobre os mecanismos da produção do conhecimento científico e sua finalidade social fez surgir uma instigante “literatura de confissões”, certamente menos contundente que o diário de Malinowski, porém igualmente reveladora dos bastidores da pesquisa de campo. A publicação de biografias dos informantes dos antropólogos ou das autobiografias destes tem crescido desde então e mostrado que os trabalhos antropológicos são melhor compreendidos quando vistos também à luz das personalidades de seus autores e interlocutores ou do conheci-

mento de situações particulares que não foram ditas nas próprias etnografias, mas que marcaram a escolha dos temas e enfoques adotados.

Na antropologia brasileira, o fato de os antropólogos pesquisarem grupos pertencentes a sua própria sociedade coloca questões específicas para a relação entre pesquisador e pesquisado, pois se, por um lado, “pesquisamos a nós mesmos”, por outro, não se pode esquecer a distância que muitas vezes separa as camadas intelectualizadas dos grupos socialmente excluídos que a antropologia tem estudado: índios, negros, populações rurais. De qualquer forma, também no Brasil, cada vez mais os antropólogos sentem a necessidade de expor o modo como chegaram a campo e como se deu o diálogo com os grupos investigados. A recente reedição do clássico *Tristes trópicos*, narrando as aventuras de Lévi-Strauss entre as sociedades indígenas do Brasil Central, ou a publicação do belíssimo *Diários índios*, de Darcy Ribeiro, são apenas dois exemplos desse crescente e saudável interesse tanto do público brasileiro em conhecer certos aspectos do trabalho de campo antropológico, como do antropólogo em não mais restringir sua experiência de pesquisa às “notas de rodapé”, ou “introduções metodológicas” de seu trabalho, ou, pior ainda, aos poucos e seletos amigos com os quais se reúne em volta da mesa de um bar. Felizmente, a moda do *making of* também chegou à antropologia.

Enfim, as leituras e usos do diário podem ser muitas e variadas, tendendo a se ampliar, pois a sua publicação em português o torna acessível ao grande público, incluindo os estudantes de ciências humanas. E qualquer que seja a opinião que se tenha sobre este livro, uma coisa é certa: depois das revelações do diário ficou mais difícil para o antropólogo se apresentar como um ser totalmente destituído de classe, sexo, cor, opiniões, etc., que não afeta e não é afetado pelo cotidiano do mundo dos seus pesquisados, ou como um herói da simpatia e da paciência cuja missão é “humanizar” o Outro, esquecendo-se de que ele também deve ser “humanizado” em suas fraquezas e omissões. Afinal de contas, “nativos de carne e osso” exigem “antropólogos de carne e osso”, e saber reconhecer em ambos esse direito à humanidade é uma necessidade cada vez maior num mundo vazado por globalizações tecnológicas e separatismos culturais. Façamos ou não da solidariedade, antropologia.

NOTAS

- 1 Esta resenha foi originalmente publicada no *Jornal da Tarde* em 13 de setembro de 1997.
- 2 Autor de *Candomblé e umbanda, caminhos da devoção brasileira* (Ática, 1994), *Orixás da metrópole* (Vozes, 1995) e da tese *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras* (USP, 1998).